

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.557.395 - MS
(2019/0237592-1)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : GERALDO MARCUSSI
EMBARGANTE : MARIA FUSO YANO
EMBARGANTE : LEDA LOPES DE OLIVEIRA
EMBARGANTE : ELIZABETH NUNES COELHO RODRIGUES DE SOUZA
ADVOGADOS : FAUSTO LUIZ REZENDE DE AQUINO - MS011232
ALDAIR CAPATTI DE AQUINO - MS002162
EMBARGADO : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADOR : RODRIGO SILVA LACERDA CESAR E OUTRO(S) - MS008588

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por GERALDO MARCUSSI E OUTROS à decisão de fls. 147/148, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante que:

Contudo, os embargantes requereram em sede de Recurso Especial que as intimações fossem feitas exclusivamente em nome do patrono subscritor, o que não ocorreu.

[...]

Ocorre que o patrono subscritor não foi intimado para sanar o vício de representação processual, como aduzido pelo Exmo. Ministro, tornando imperiosa a reforma da r. decisão embargada.

É importante salientar que os instrumentos de mandato foram juntados aos autos principais 0802701-10.8.12.0017, às f. 12-15 e 21-22, porém, com o intuito de sanar o suposto vício de representação, requer seja deferida a juntada de instrumentos de mandato anexos, uma vez que os patronos não foram devidamente intimados para sanar a irregularidade (fl. 153).

De fato, conforme pedido efetuado à fl. 71, requereu-se a intimação em nome do Dr. Aldair Capatti de Aquino. Continuando na análise dos autos, constata-se que a publicação da decisão que negou seguimento ao recurso (fl. 149), saiu em nome do Dr. Aldair Capatti de Aquino, estando devidamente intimado.

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Superior Tribunal de Justiça

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

No caso, a parte recorrente, no momento da interposição dos recursos, não procedeu à juntada da cadeia completa de procuração e/ou substabelecimento conferindo poderes ao subscritor do agravo e do recurso especial, Dr. Aldair Capatti de Aquino.

Entretanto, o marco temporal de aplicação do Código de Processo Civil de 2015 é a intimação do *decisum* recorrido que, no presente caso, foi realizada após 18/3/2016, já sob a égide do novo *codex* processual.

Assim, nos termos do Enunciado Administrativo n. 3 do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC", em observância ao princípio do *tempus regit actum*, ou seja, no presente caso aplicam-se as regras do Código de Processo Civil de 2015.

Dessa forma, nos termos do art. 76, c/c o art. 932, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil, foi intimada a parte recorrente para regularizar a representação processual, no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, sob pena de não conhecimento do recurso.

Mesmo diante da intimação da parte, não houve a devida regularização, uma vez que a parte manteve-se inerte (fl. 144).

Ademais, ao contrário do alegado pelos embargantes, verifica-se que foi atendido o pedido de exclusividade da intimação em nome de Aldair Capatti de Aquino, conforme publicação no Diário de Justiça Eletrônico (fl. 142). Portanto, considera-se que o referido advogado foi devidamente intimado do despacho de regularização de fl. 141, constando seu nome no referido despacho.

Não pode ser aceita a regularização feita somente agora, em sede destes aclaratórios, em razão da preclusão consumativa (AgInt no REsp 1630054/SC, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 4/4/2017, DJe de 11/4/2017.)

Por fim, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado evidencia mera insatisfação com o resultado do julgamento, não

Superior Tribunal de Justiça

sendo a via eleita apropriada para tanto. Nesse sentido: EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria submetida à apreciação do STJ foi julgada, não havendo, na decisão embargada, os vícios que autorizariam a utilização do recurso – obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente